



OS IMPACTOS DAS REFORMAS NO “GOVERNO TEMER” PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS

SANTOS, Ana Cristina de Lima¹
SANTOS, Vaneide alves dos²
SILVA, Roberta Teodorico Ferreira da³
Bezerra, Kassandra Queiroga⁴
CONSERVA, Marinalva de Sousa⁵

RESUMO: Este trabalho originou-se de um estudo bibliográfico, tendo como objetivo analisar as inflexões do governo Temer para as Políticas Sociais diante do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas. O trabalho está dividido em dois itens, um breve resgate histórico do Estado a partir dos anos 2000 até a atualidade e seus rebatimentos nas políticas sociais, considerando o aprofundamento das expressões da questão social, como destaque para a pobreza e desigualdades sociais, fruto da relação capital e trabalho. Avalia-se o momento atual como de vivência de uma crise de hegemonia, a retoma da lógica das privatizações e intensificação do discurso do Estado Mínimo. No entanto, o momento político é somente o início de um longo período de lutas democráticas no país, é preciso refletir e discutir esse cenário para aponta-se o desafio da revolução em detrimento de “reformas”.

PALAVRAS-CHAVE: Política Social; Estado; Lutas de Classes; Reformas.

1. INTRODUÇÃO

Marcas históricas como exploração, colonização e ditadura, fazem parte da formação do Brasil e de toda América Latina. Sempre tivemos um Estado capturado pela burguesia, ora mais, ora menos e como um ente mediador, se utiliza das Políticas Sociais

¹ Mestranda da Pós Graduação em Serviço Social da UFPB. Especialista em Gestão Pública Municipal – UEPB. Graduação em Serviço Social pela UFPB. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular, Serviço Social e movimentos sociais – GEPEDUPSS. Brasil; Email: aninhajr@bol.com.br

² Mestranda em Serviço Social pela UFPB. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais- NEPPS/UFPB. Graduada em Serviço Social pela UFPB. Email: waneydealves@gmail.com

³ Mestranda da Pós Graduação em Serviço Social da UFPB. Especialista em Gestão do SUAS pela FPB. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais- NEPPS/UFPB. Graduação em Serviço Social pela UFPB. Brasil; Email: robertta.jp@hotmail.com

⁴ Licenciada em Pedagogia pela UFPB; Bacharel em Serviço Social pela UFPB, Especialista em Gestão do SUAS Pela FPB; Especialista em Educação de Direitos Humanos pela UFPB; cursando Residência Multiprofissional pela RESMEM na UFPB. Email:kassandraqueiroga@hotmail.com

⁵ Professora Associada da UFPB, possui Pós-Doutorado em Serviço Social pela PUC-SP/2010; Doutorado em Serviço Social pela UFRJ (2003); Mestrado em Serviço Social pela UFPB (1990) e Graduação em Psicologia pela UFPB (1984). Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS/ PPGSS/UFPB). Email: mconserva@uol.com.br



para manter a ordem. O capitalismo cria e recria novas formas e nomenclaturas na reprodução das condições de exploração, numa articulação entre o arcaico e o moderno, para superar suas crises inerentes ao modo de produção. Como exemplo destaca-se nesse texto, os modelos de governo influenciados pelo neoliberalismo e neodesenvolvimentismo o qual finda no Brasil (enquanto modelo hegemônico) no governo de Michel Miguel Elias **Temer** Lulia (2016) após o golpe, apontando um possível retorno ao liberalismo e ao conservadorismo clássico.

Para discutir as Políticas Sociais sob a perspectiva dialética, faz-se necessário entender a natureza do capitalismo, o papel do Estado na regulamentação e implementação das mesmas e por fim o papel das classes sociais. Mediante a articulação desses elementos, pode-se compreender as Políticas Sociais enquanto processo e resultado de relações complexas que se fundam de maneira conflitantes entre Estado e sociedade civil, no âmbito da produção e reprodução do capitalismo.

Assim, economicamente as Políticas Sociais tem a função de diminuir os custos da reprodução da força de trabalho, aumentando a produtividade e o consumo. Quanto ao nível político, podem servir como mecanismos de manutenção da ordem capitalista, através do consenso da classe trabalhadora. (BEHRING e BOSCHETTI, 2006), garantindo a permanência do exército industrial de reserva, por outro lado, é fruto das reivindicações da classe trabalhadora, no atendimento às suas demandas.

A Constituição Federal de 1988, garantiu uma nova gestão das Políticas Sociais via Estado. Porém, nos anos 1990, o Brasil sofre a ofensiva Neoliberal que trouxe um conjunto de medidas que afetou profundamente as Políticas Sociais com a privatização, flexibilização, focalização, parceria com as Organizações Não Governamentais (ONGs) e um Estado mínimo na área social. Nos anos 2000, se vivenciou no Governo de Luíz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousself (2003-2016), uma forte ideologia neodesenvolvimentista, que significou uma nova roupagem do neoliberalismo, no intuito de aliar o desenvolvimento econômico ao social sem mexer na estrutura política econômica, conforme Mota (2012). Porém investindo mais na área social e na acomodação dos reformismos, talvez pela descrença da revolução. No Governo Temer, o que se tem são incertezas, “teme-se” um futuro diante de todas as medidas de desmonte das Políticas Sociais.

A relevância do estudo justifica-se pelo momento político e ideológico das expressões da questão social que é refletida na Política Social brasileira. De inquietações durante os desmontes dos direitos sociais que temos vivenciado correlacionando essa reflexão à temática sobre as Políticas Sociais que atravessa nosso objeto de estudo do



Mestrado, sobretudo quando analisadas à base da historicidade dos fatos anteriores ao momento atual.

Desse modo, será abordado no ponto a seguir um panorama geral sobre a implementação das Políticas Sociais no Governo Neodesenvolvimentista, onde as alianças com a “Direita” culminou em um “golpe” e suas consequências negativas para todo o país, em especial para a classe-que-vive-do-trabalho e das políticas sociais, sendo a discussão do próximo item. Por fim, será traçado algumas considerações onde destaca-se o desafio de acender o lume da luta de classes em prol de um novo projeto coletivo.

2. AS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRA SOB A ÓTICA DO GOVERNO NEODESENVOLVIMENTISTA

No Brasil, a partir da década de 1990, fatores de ordem econômica, política e ideológica influenciaram as Políticas Sociais e o mundo do trabalho, através da ofensiva neoliberal. Ao analisar a universalidade do processo histórico e dialético da sociedade, percebeu-se a influência da crise estrutural de 1970 nos países subdesenvolvidos, a partir da compreensão dos seguintes fatos: capitalismo financeiro, regime de acumulação flexível, avanço tecnológico; terceirização dos serviços, altos índices de desempregos (redução de empregos formais e estáveis), presença de trabalhos extremamente qualificado e desqualificado, crescimento do setor de serviços, impactos negativos sobre a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999) que se tornou heterogênea; fragmentada e complexa, guinada política neoconservadora, hegemonia do neoliberalismo em diversos países, corte dos gastos estatais como medida prioritária e a inserção das regiões geográficas industrialmente subdesenvolvidas (dentre tais, o Brasil) no mercado mundial por meio de implantação de empresas transnacionais.

Logo, o modelo neoliberal entra em crise e surge no cenário popular a possibilidade de uma mudança radical com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT). Contudo, com a publicação da “Carta ao povo brasileiro” do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, ele deixa claro que optou pelo consenso, do que com a ruptura da ordem, e diz que o novo modelo de governo “[...] será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um **novo contrato social**, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. (LULA, 2002, grifos nossos).

Dessa forma, a era lula ou lulismo (2003- 2010) revela um novo padrão de desenvolvimento capitalista com foco na distribuição de renda e no aumento do gasto



público na área social, isso com incentivos do Estado, seria o chamado neodesenvolvimentismo. Neste, observa-se uma centralidade na Política de Assistência Social tendo os programas de transferência de renda “carro chefe” das ações compensatórias, apesar da focalização e do critério de seletividade, observa-se que a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF) que pôde contribuir positivamente na pobreza absoluta, tendo em vista que muitas famílias só dispõem dessa renda para segurança de sobrevivência conforme garantido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (SILVA, 2006). Com isso, o discurso da política neodesenvolvimentista se ampliou no país “positivamente”.

Segundo os dados da Cepal (2011), os programas com maior número de beneficiários em termos absolutos são o “Bolsa Família” no Brasil, que atinge 52 milhões de pessoas. A situação de pobreza que os brasileiros vivenciam não é recente e as estratégias de programas de transferência de rendas no Brasil vêm desde o Bolsa Alimentação (2001-2003), o Bolsa Escola (2001-2003), o Bolsa Família (2003-), o Cartão Alimentação (2003) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (peti) (1997-).

Como afirma Mota (2012, p. 181), “A pobreza aparece distanciada dos debates estruturais e é transformada num objeto técnico ‘em si’”. Realiza-se análises técnicas da pobreza de modo descontextualizados, des-historicizados e a preocupação com a eficácia dos programas implementados como um novo tipo de vigilância moral. E enquanto objeto técnico “em si” é considerada *possível* sua erradicação com programas de transferência de renda, assim como ações e serviços socioassistenciais da Política de Assistência.

Faz-se, necessário compreender que o neodesenvolvimentismo surge no Brasil devido sinais de esgotamento no plano econômico, o qual “revelou-se como parte da dinâmica entre produção e reprodução social do capital” (SITCOVSKY, 2010, p. 237) a partir do formato de proteção social. Junto ao neodesenvolvimentismo, contata-se o ideário do: empreendedorismo, autoemprego, autonegócio e da ideologia da sustentabilidade e a liberdade de escolha individual.

Com isso, Identifica-se na contemporaneidade traços antigos no trato da “questão social”, já que os programas sociais de cunho compensatórios, traz em seus princípios a culpabilização do indivíduo pela sua condição social, como se o indivíduo fosse “incapaz” de competir. Problema “resolvido” pelo neodesenvolvimentismo que com o foco nos pobres, assegurando-lhe uma renda que o capacita a “fazer acontecer” (LEHER, 2012), com o intuito da “[...] conservação e modernização da ordem capitalista” (MOTA, 2012, p. 23). Princípios que tem tido seus influxos diretos nas Políticas Sociais.

Assim, brota mudanças no discurso de desigualdade por oportunidade, investimento na educação e políticas sociais como principal motivo para mudança na



qualidade de vida da população e inclusão econômica, tentativa de adequar o governo econômico com o governo de massas como se houvesse conciliação entre o crescimento econômico e desenvolvimento social.

Então, “É obvio que estas políticas permitem o aumento do consumo das famílias, porém, são iniciativas que não interferem na origem das desigualdades” (MOTA, 2012, p.168). Há um falso desenvolvimento social que nada mais é do que o capital possibilitando minimamente o consumo e/ou subconsumo da população em situação de pobreza e/ou extrema pobreza através dos mínimos sociais e trabalhos precarizados. O que se nota é a impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, “[...] seja pelas condições que este assume na contemporaneidade, seja pelo alto nível de desemprego, ou pelas orientações macroeconômicas, o Estado amplia as ações no âmbito da assistência social, ao mesmo tempo em que restringe sua atuação na saúde e na previdência social pública” (MOTA, 2012, p. 134-135). Tendo em vista que a pobreza e desigualdade social é resultado da acumulação de capital nas mãos de poucos. No entanto, não podemos negar os impactos da transferência de renda na pobreza absoluta, quanto muitos só tem essa renda como sobrevivência.

Diante da fragilidade do segundo mandato de Dilma Vana Rousseff (2015–2016), o (PT) foi enfraquecendo devido a todo cenário de crise política no país, com isso, a oposição se fortaleceu, mas o desafio da Presidente Dilma era se entender com aliados. No entanto, o País sofre um golpe político-institucional, que tem acarretado em significativas transformações no sentido da restrição do Estado para com as Políticas Sociais e voltada de modo mais intenso para o econômico, onde se ver o retorno do modelo liberal, como veremos no item a seguir.

3. OS PRINCIPAIS REBATIMENTOS DAS REFORMAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS EM TEMPOS DE “TEMER”

Avaliar a ação do Estado no trato das Políticas Sociais atualmente, tornou-se um desafio. O então vice-presidente da República Michel Miguel Elias Temer Lulia assumiu interinamente o cargo de presidente da república após o afastamento da presidente Dilma Rousseff em consequência da aceitação do processo de impeachment pelo Senado Federal. Assim, no dia 31 de agosto de 2016 Temer assume a Presidência da República.

O governo Temer iniciou seu mandato findando com ministérios estratégicos na perspectiva da inclusão e da coesão social, componente fundante do projeto nacional.



Extinguiram-se, assim o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Com isso, “exclui-se” do debate e da formulação das políticas públicas os legados autoritários e discriminatórios do machismo, do patriarcado, da escravidão. Também extinguiu-se o Ministério da Cultura, onde se debate, entre outros temas, a identidade nacional que se expressa através das manifestações culturais e artísticas diversificadas e regionalizadas, que respeitam e promovem as diferenças.

Foram adiante na demolição das conquistas sociais ao findar com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e, com ele, as reflexões e projetos sobre a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar associada ao cooperativismo, à agroecologia, ao desenvolvimento territorial e à economia solidária. Logo, o trabalhador rural sofre impactos desses reajustes, pois afeta políticas de grande alcance como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que assegura ao produtor o preço justo e garante às pessoas, famílias e comunidades carentes, através dos alimentos adquiridos, o direito à alimentação saudável. Houve uma junção do Agrário com o Desenvolvimento Social.

Em pouco tempo no poder, Temer facilitou a “PEC 241/2016” que cortou os gastos sociais (saúde, educação e assistência social) por 20 anos sem a mínima negociação junto a classe trabalhadora, mostrando seu caráter antidemocrático. Atualmente o Estado unilateralmente “[...] está talhado estruturalmente para funcionar conforme o capital” (MASCARO, 2015, p. 24).

O programa “Uma ponte para o futuro” do atual presidente Temer “[...] destina-se a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos” (GUIMARÃES, 2015, p. 2). No entanto, nota-se o foco de preservar a economia brasileira, pois, o que se apresenta são medidas concretas para o processo de fragilização do Programa Bolsa Família, para provavelmente extingui-lo mais facilmente no futuro. Começou por exigir uma maior fiscalização para a condição socioeconômica da população usuária, o famoso “pente fino”. Não diferente, o Benefício da Prestação Continuada (BPC) passa por esse processo de “atualização” e penalização pessoas idosas e/ou pessoas com deficiência (o público desse benefício são os pobres, pessoas que têm renda mensal inferior a ¼ do salário mínimo).

O que se apresenta é um discurso de um ajuste duradouro que consiste na defesa de um tripé para “[...] redução estrutural das despesas públicas, na diminuição do custo da dívida pública e no crescimento do PIB” (GUIMARÃES, 2015, p.16). Todavia, o que se nota é um retorno à política liberal, a ideia de um Estado não intervencionista.

Os setores mais atrasados da elite econômica brasileira jamais se libertaram da herança do colonialismo e da escravidão, jamais aceitaram Políticas Públicas



emancipatórias e possibilitadoras de melhores condições de vida, de direitos e oportunidades para os pobres de nosso país. Jamais acolheram na prática o verso do Hino Nacional “dos filhos deste solo és mãe gentil”, pois, não querem partilhar a riqueza socialmente produzida.

O programa de governo também é contra a manutenção do valor real dos benefícios previdenciários e programas de transferência de renda quando apresenta um “ [...] A prejuízo para todos os demais itens do orçamento público, que terão necessariamente que ceder espaço para este aumento” (GUIMARÃES, 2015, p. 10). Deixando evidente um discurso com viés conservador e liberal.

O plano “Uma ponte para o futuro” traça caminhos para um passado que insiste em ser presente, constata-se esse fato ao observar a ênfase na preservação da economia, em detrimento das Políticas Sociais, cabendo ao Estado traçar ações “[...] com base na livre iniciativa, na livre competição e na busca por integração com os mercados externos, realizar ajustes legislativos em áreas críticas”. (GUIMARÃES, 2015, p.17).

O que se nota é uma crítica ao governo neodesenvolvimentista ao apresentar que “nos últimos anos o crescimento foi movido por ganhos extraordinários do setor externo e o aumento do consumo das famílias, alimentado pelo crescimento da renda pessoal e pela expansão do crédito ao consumo” (GUIMARÃES, 2015, p.17). E com isso, faz-se a crítica que “Esses motores esgotaram-se e um novo ciclo de crescimento deverá apoiar-se no investimento privado e nos ganhos de competitividade do setor externo, tanto do agronegócio, quanto do setor industrial”. (Idem, 2015, p.17).

Atualmente no Governo “Temer”, tem se vivenciado o aprofundamento dos desmontes dos direitos iniciado no período neoliberal, freado pelo neodesenvolvimenismo e que retornou agora fortemente, tentando esmagar a classe trabalhadora, como se pôde ver com a reforma da previdência, a Proposta de emenda constitucional (PEC 241/2016) e o Projeto de Lei da terceirização (PL 4302/98) em todas as áreas das empresas. Por conseguinte, às pressões do mercado e de seus agentes, que defende os privilégios das elites brasileiras que utilizam do velho argumento de que as desigualdades sociais e as injustiças se resolvem unicamente pelo crescimento econômico, que a solução para os problemas sociais é a criação de novos postos de trabalhos, como se o desemprego não fosse estrutural à lógica do sistema capitalista e como se esses novos postes de trabalho fossem favorável a classe trabalhadora.

Em meio a tantos retrocessos, verifica-se que as estratégias de resistência da força de trabalho estão fragilizadas, mas não suprimidas. “Da mesma forma que o neoliberalismo surgiu como uma resposta à crise dos anos 1970, o caminho a ser escolhido hoje definirá o caráter da próxima evolução do capitalismo” (HARVEY, 2011, p. 16).



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos o Estado brasileiro tem passado por fortes mudanças. No que concerne ao acesso as Políticas Sociais na perspectiva de direito. As transformações do Estado advindas do neoliberalismo, interferiram diretamente na efetivação dos direitos sociais, tendo impacto direto sobre a classe trabalhadora, de maneira maciça e avassaladora, sob a hegemonia de um Estado capitalista, que se preocupou mais com a economia em detrimento da área social, recebendo o investimento maior esse último no governo desenvolvimentista.

Atualmente, no governo Temer, vivenciamos ondas de massacre aos direitos historicamente conquistados, direitos que são cotidianamente violados. A sociedade civil vivencia um amplo descontrole no campo das Políticas Sociais, através do crescente aumento das formas de precarização do emprego e do desemprego com saídas para o empreendedorismo, centralização dos gastos públicos em programas altamente seletivos contra a pobreza, e redução dos gastos sociais e aumento das desigualdades sociais dentre outras mazelas oriundas do atual estágio do capitalismo. As atribuições de responsabilidades Estado- Sociedade civil e a prestação de serviços públicos se dão de maneira escassa e insatisfatória. Com ações cada vez mais voltadas para atender os interesses do capital. As Políticas Sociais estão sendo sacrificadas, ainda mais seletivas, dificultando o alcance dos usuários a esses benefícios e serviços. As pessoas que necessitam dos Serviços Públicos bem como Programas de Transferência de Renda se deparam com sucateamento, serviços prestados de péssima qualidade, privatizações, seletividade, focalização negando a universalização de direitos sociais expressos na carta constitucional de 1988.

Percebe-se que a universalidade e estatização, elementos que deviam nortear a Proteção Social, enfrentam grandes dificuldades e são até postos de lado. Nesse cenário, as políticas sociais tentam se adequar em meio a diversas dificuldades. No rumo dessas mudanças, observa-se que as necessidades sociais são cada vez mais deixadas de lado, em decorrência da “crise” fiscal. As ações públicas são milimetricamente planejadas de acordo com os cortes e a redução das despesas, intensifica-se uma série de cortes nos gastos públicos na área social e da previdência social e amplia-se a privatização da saúde, previdências e educação.



Neste sentido, o sistema econômico atual vem considerando suas próprias necessidades e interesses trazendo fortes consequências, pois assistimos a um redirecionamento do Estado, com Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Decretos, entre outros. Tudo vem gerar um patamar de insegurança, direcionada pela desregulamentação e desmonte dos Direitos Sociais, que eram garantidos/viabilizados pelas Políticas Sociais. No entanto, a classe trabalhadora vem se movimentando através de sindicatos, também movimentos autônomos como é o caso do Frente Brasil Popular, manifestações ao redor do mundo que nos permite acreditar em um nova história.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo** – choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014. BEHRING, Elaine.R. e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Federal da República do Brasil 1988**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 1989.

_____. **Benefício de Prestação Continuada**, aprovado pelo decreto 6.214, de 26 de setembro de 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica do Serviço Social vol. 2).

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (Cepal). **Relatório Programa de Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU Habitat)**, 2010. Disponível em: <http://www.cepal.org/>. Acesso em: 02 jun. 2016.

GUIMARÃES, Fundação Ulysses. PMDB. **Uma ponte para o futuro**. 2015 Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf Acesso em: 20/01/2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Pechanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Estado, classe trabalhadora e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I. BEHRING, E. R. SANTOS, S. M. dos (org). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.



LEHER, Roberto. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. Ana Elisabete (Org.) In: **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia**. Crescimento econômico e reprodução da desigualdade. Cortez, São Paulo, 2012.

LULA, **Carta ao Povo Brasileiro**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: 01/06/2017.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1996.

MOTA, Ana Elisabete (Org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2ª ed.. São Paulo: Boitempo, 2008.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Trad. Carlo Eduardo S. Matos et al. São Paulo: Abril Cultural. Os economistas, 1982.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. Nº.111 São Paulo jul./set. 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **A trajetória dos programas de transferência de renda e seus desafios atuais**: articulação com políticas estruturantes e unificação. Pensar BH/Política Social. Abril/Junho de 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/J%C3%BAnior/Downloads/pensarbh_ed15_trajetoria_programas%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/J%C3%BAnior/Downloads/pensarbh_ed15_trajetoria_programas%20(1).pdf) Acesso em: 11/03/2017.

SITCOVSKY, M. **Conciliações e contradições entre assistência social e trabalho**: o impacto da bolsa família. In: as ideologias da contrarreforma e o serviço social/organização: Ana Elisabete Mota. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. 437p.